



Consulte autenticidade via QR Code.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMEIA
LICENÇA DE OPERAÇÃO DIGITAL

LICENÇA Nº
202600000075

PROCESSO Nº
L202600001746

VALIDADE DA LICENÇA
13 de Abril de 2027

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMEIA, no uso de suas atribuições que lhe confere a habilitação para gestão ambiental municipal nº 006/2013 – SEMA, o artigo 6º da RESOLUÇÃO DO CONAMA Nº 237 19/12/1997, o artigo 3º, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 288/2009 e a Lei Estadual nº 7.389/2010, concede a Licença ao Empreendimento abaixo discriminado:

RAZÃO SOCIAL: **L. C. B. PEREIRA ODONTOLOGIA**

NOME FANTASIA: **ORAL SKIN**

CNPJ/ CPF: **57.458.165/0001-29**

ENDEREÇO: **RUA MAGNO DE ARAUJO Nº 1911**

BAIRRO: **SÃO LOURENÇO**

ATIVIDADE LICENCIADA: **CLÍNICA MÉDICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS**

MUNICÍPIO: **ABAETETUBA - PA**

CEP: **68440000**

VALOR AUTORIZADO: **130,2900 AREA UTIL (m2)**

GRAU POLUIDOR: **II**

PORTE: **GRANDE**

INSC. ESTADUAL:

OBSERVAÇÕES

ATIVIDADE LICENCIADA: CNAE 86.30-5-04 - Atividade odontológica;

ENDEREÇO DA ATIVIDADE: Rua Magno de Araújo, Nº 1911, Bairro São Lourenço, Abaetetuba/PA;

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude 1º43'16.60"S e Longitude 48º53'1.82"W.

OBRIGAÇÕES

- Publicar a concessão desta licença, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando os termos da resolução do CONAMA Nº 006/1986, Decreto de Nº 99274/1990 e da Lei Nº 60/2006;
- Cumprir as Condicionantes e Observações que constam no Anexo I desta Licença, sob pena de suspensão da mesma em caso de descumprimento.

AFIXAR EM LOCAL VISÍVEL



RAPHAEL THIAGO SILVA SERENI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE PORTARIA Nº 008/2025

LOCAL E DATA **ABAETETUBA, 13/04/2026**

CONDICIONANTES

As condicionantes abaixo relacionadas entram em vigor a partir da data de assinatura desta Licença, devendo ser integralmente cumpridas nos prazos nela fixados. As condicionantes indicadas como "Durante vigência da licença" devem ser cumpridas em prazo imediato.

1. Comunicar imediatamente a SEMEIA sobre a ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental;
2. Adotar as medidas mitigadoras de impacto ambiental propostas pelo empreendimento e aprovadas por este órgão ambiental;
3. O empreendimento deverá assegurar a destinação adequada dos resíduos recicláveis gerados, encaminhando-os às cooperativas ou empresas devidamente licenciadas para realização da coleta seletiva no âmbito do município, em conformidade com a Lei Federal Nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
4. Acondicionar adequadamente os resíduos não recicláveis provenientes de sua atividade principal e destinar nos dias e horários pré-definidos da coleta pública;
5. Não colocar rejeitos hospitalares, de clínicas médicas e odontológicas, de farmácias, rejeitos perigosos, radioativos, provenientes da atividade fim, para serem coletados pelo serviço de coleta pública, nem os lançar em local impróprio, conforme estabelece o inciso XV do Art. 178 da Lei Municipal Nº 288, de 14 de dezembro de 2009 – Política Municipal de Meio Ambiente;
6. Acondicionar adequadamente os resíduos perigosos provenientes de sua atividade principal e destinar a empresas devidamente licenciadas que realizem a coleta, transporte e destinação final desses resíduos, em conformidade com a legislação vigente (Lei Federal Nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos);
7. É vedada a emissão excessiva de sons, ruídos e vibrações que venham a prejudicar o meio ambiente, em decorrência de qualquer atividade, seja residencial ou comercial, devendo obedecer aos limites preconizados na tabela I da Lei Municipal Nº 480/2016, que regulamenta os níveis de pressão sonora para Zona Diversificada (ZD) diurnos de 65 decibéis dB, vespertinos de 60 dB e noturnos de 55 dB;
8. Em caso de datas comemorativas, promoções, eventos religiosos e festivos de caráter nacional, estadual e/ou municipal, não realizar poluição sonora através da queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos com estampido, conforme definido no Art. 1º da Lei Municipal Nº 639, de 05 de março de 2022;
9. Não utilizar publicidade volante para realização de propaganda do empreendimento sem a devida licença ambiental, conforme definido no Art. 105 da Lei Municipal Nº 500, de 16 de novembro de 2017– Código de Posturas do Município de Abaetetuba;
10. É proibido o lançamento de esgoto, mesmo tratado, na rede de águas pluviais, conforme estabelecido no Art. 113 da Lei Municipal Nº 288, de 14 de dezembro de 2009 – Política Municipal de Meio Ambiente;
11. Exercer Atividades Odontológicas conforme solicitado e analisado por este órgão licenciador;
12. Fica proibido o exercício de qualquer outra atividade diferente da licenciada por este órgão;
13. Durante o processo de carga e descarga de matéria prima ou de quaisquer outros elementos que sejam diretas ou indiretamente relacionados a sua atividade fim, devem se concentrar dentro do horário comercial;
14. Caso haja execução de atividades do empreendimento fora dos limites do estabelecimento, especificamente em área de passeio público, é imprescindível requerer a devida autorização do órgão competente, conforme estipulado nos Art. 144, 145 e 171

DATA FINAL DO CUMPRIMENTO

14/04/2026

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA



RAPHAEL THIAGO SILVA SERENI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE PORTARIA Nº 008/2025

LOCAL E DATA **ABAETETUBA, 13/04/2026**

CONDICIONANTES

DATA FINAL DO CUMPRIMENTO

da Lei Municipal Nº 500/2017 – Código de Posturas do Município de Abaetetuba;

15. Qualquer alteração, ampliação ou inclusão de benfeitorias, sejam elas necessárias ou voluptuárias na estrutura física do empreendimento deverá ser informado em novo relatório e apresentado a esta secretaria para análise e aprovação, segundo o parágrafo único do Art. 14 da Lei Municipal Nº 380, de 26 de dezembro de 2013;

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

16. Autorizar a qualquer momento e quando necessário o acesso deste órgão Licenciador/Fiscalizador, consoante preceitua o inciso V do Art. 178 da Lei Municipal Nº 288, de 21 de dezembro de 2009 – Política Municipal de Meio Ambiente;

DURANTE VIGÊNCIA DA LICENÇA

17. Apresentar comprovante de destinação adequada dos resíduos recicláveis oriundos da atividade exercida no empreendimento;

13/05/2026

18. Apresentar comprovante de destinação final dos resíduos perigosos;

13/05/2026

19. Solicitar a renovação da Licença de Operação do empreendimento;

14/12/2026

20. Apresentar o Relatório de Informação Ambiental Anual (RIAA) em cumprimento ao Art. 7º, do Decreto Estadual Nº 1881, de 14 de setembro de 2009, contendo a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

10/04/2027

21. Apresentar todos os comprovantes de destinação dos resíduos perigosos oriundos da atividade exercida no empreendimento, durante o período de vigência da licença.

10/04/2027

Solicitamos sua especial atenção para o fato de que o não atendimento das condicionantes consignadas neste expediente levará ao enquadramento automático do empreendimento nas sanções previstas da Legislação Ambiental vigente.



RAPHAEL THIAGO SILVA SERENI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE PORTARIA Nº 008/2025

LOCAL E DATA ABAETETUBA, 13/04/2026